

# REALISMO TRIDIMENSIONAL E O FUTURO DO NORDESTE ASIÁTICO

Nuno Santiago de Magalhães\*

MUITAS VEZES, OS DOIS MUNDOS DA ESPECIALIDADE DA ÁREA  
E DA TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NÃO SE ENTENDEM.  
CONSEQUENTEMENTE, OS DEBATES POLÍTICOS ACERCA DA ESTABILIDADE  
DA ÁSIA-PACÍFICO TENDEM A SER SUBTEORIZADOS,  
ENQUANTO OS ARGUMENTOS TEÓRICOS ACERCA DA REGIÃO  
SÃO FREQUENTEMENTE ELABORADOS SEM OS BENEFÍCIOS  
DE UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA OU COMPARATIVA.

G. John Ikenberry e Michael Mastanduno<sup>1</sup>

O Nordeste Asiático é uma região de importância fulcral onde interagem a China, o Japão, a Coreia do Sul, a Coreia do Norte, Taiwan, a Mongólia, a Rússia e os Estados Unidos da América (EUA). Aqui se cruzam três grandes potências militares e se verifica um enorme dinamismo económico. Mas é igualmente um sistema político dividido e propenso à mudança, visto que inclui um garante externo do equilíbrio regional de poder (EUA), uma potência em contínua ascensão (China), uma grande potência económica caminhando para a normalização político-militar (Japão), uma nação dividida em dois estados (Coreia), e uma comunidade política de futuro indefinido que constitui um foco de tensão regional (Taiwan).

A maioria da literatura em Relações Internacionais (RI) que lida com questões de segurança do Nordeste Asiático considera que o actual distanciamento pacífico entre os estados deverá ser o cenário dos anos seguintes, mas as previsões relativamente a futuros conflitos e cooperação variam bastante<sup>2</sup>. Neste contexto, a questão que aqui se levanta é a seguinte: o futuro do Nordeste Asiático manter-se-á neste pacífico distanciamento, cairá num conflito, ou atingirá um nível estável e duradouro de cooperação? O futuro em política internacional não pode ser totalmente previsto e as teorias de RI são insanavelmente limitadas. Porém, é possível examinar regularidades no comportamento dos estados no sistema internacional e criar um enquadramento lógico que permita estabelecer relações de causalidade entre variáveis e explicar os factos. Não se trata aqui de testar cientificamente uma hipótese, elaborar cenários detalhados sobre decisões de política externa, apresentar uma revisão da literatura ou uma análise profunda acerca de teorias de RI. Trata-se sim de reflectir sobre a natureza do sistema

internacional e os comportamentos que fomenta, contrapondo os principais argumentos de diversas teorias e aferindo qual a tendência da futura interacção dos estados naquela região com base num determinado quadro teórico. Detectadas algumas limitações nos argumentos neo-realistas, liberais e construtivistas, neste artigo examina-se a questão levantada através das assunções básicas de uma teoria realista neo-clássica ofensiva que o autor denomina realismo tridimensional. Defende-se que no âmbito do actual sistema multipolar equilibrado existente no Nordeste Asiático, o distanciamento entre os estados poderá evoluir em direcção a processos limitados de cooperação, existindo poucas possibilidades de ocorrer um conflito. Porém, caso a estrutura de poder se desequilibre a favor de um Estado potencialmente hegemónico, o distanciamento ou eventuais processos de cooperação poderão dar lugar a um conflito. O artigo esquematiza-se da seguinte forma: na próxima secção é feito um enquadramento teórico em que se expõem os principais argumentos neo-realistas, liberais e construtivistas; posteriormente apresentam-se as assunções teóricas do realismo tridimensional; na secção seguinte examinam-se sucintamente os pontos fundamentais que fazem do Nordeste Asiático uma região dividida; e, por último, utiliza-se o realismo tridimensional como base de reflexão relativamente ao futuro da região.

## **TEORIAS E LACUNAS**

Como notam Ikenberry e Mastanduno, muitas das análises efectuadas sobre a região Ásia-Pacífico pecam por não apresentar um enquadramento teórico que permita distinguir quais os factores mais relevantes para a compreensão dos fenómenos políticos<sup>3</sup>. Mesmo que autores como Kang, Moon e Kim condenem o uso de modelos teóricos generalizadores que não se aplicam correctamente à região devido à sua especificidade histórico-cultural, acredita-se aqui ser possível apreender teoricamente o comportamento dos estados em torno de um padrão geral, independentemente da sua localização geográfica ou cultural<sup>4</sup>. Parte-se ainda do princípio que o conhecimento científico tem uma base positivista, sendo lógico, empiricamente testado e falsificável<sup>5</sup>. Dada a importância fulcral que aqui se dá às estruturas do sistema internacional e a impossibilidade de se aplicarem comparativamente, de modo minimamente aceitável, teorias centradas ou fortemente baseadas em variáveis internas aos estados, estão ausentes teorias que se debrucem sobre modelos de decisão individual, grupos de interesse ou políticas burocráticas (*e.g.*, teorias burocráticas), e teorias que apesar de se debruçarem sobre factores externos aos estados dão uma importância primordial aos processos políticos domésticos (*e.g.*, teorias estratégicas)<sup>6</sup>.

Antes de entrar no enquadramento teórico subjacente a este artigo, é necessário definir o sentido dado aos conceitos de distanciamento, conflito e cooperação. Por distanciamento entende-se o contexto pacífico em que os estados raramente ou nunca participam em processos de cooperação. O termo «conflito» refere-se somente a um confronto militar entre as principais potências da região. «Cooperação internacional»

refere-se ao processo que Axelrod e Keohane caracterizam como aquele em que os actores ajustam o seu comportamento às preferências actuais ou antecipadas dos outros actores, enquadrado num ambiente de desarmonia internacional que contém uma mistura de interesses conflituosos e complementares<sup>7</sup>. A questão da propensão dos estados para o conflito ou para a cooperação no âmbito do sistema internacional é algo a que realistas, liberais e construtivistas procuram responder.

Observando o realismo enquanto campo teórico, verifica-se que o neo-realismo é uma corrente que apresenta teorias cientificamente mais rigorosas do que a maioria das existentes noutras correntes realistas, como o denominado realismo clássico (*e.g.*, Morgenthau) ou a chamada Escola Inglesa (*e.g.*, Bull)<sup>8</sup>. Com Waltz como referência base, os neo-realistas defendem que o comportamento competitivo e em auto-ajuda de estados egoístas – que provoca conflitos e dificulta a cooperação – não deve explicar-se por intermédio de um primeiro nível de análise (indivíduo), nem de um segundo (Estado), mas de um terceiro nível referente às estruturas do sistema internacional: anarquia como princípio organizador (ausência de um governo supranacional com autoridade sobre os estados) e a distribuição de capacidades materiais (poder)<sup>9</sup>. Estas estruturas são as variáveis independentes que explicam a variável dependente, ou seja, o comportamento dos estados. De acordo com a tese estruturalista de Waltz, as grandes potências têm como principal objectivo a sua segurança (e não a acumulação de poder *per se*) e tendem a contrabalançar concentrações de poder através do chamado *balancing*. Dentro do neo-realismo, se optarmos por uma divisão básica e comumente utilizada, encontramos teorias de índole defensiva, como as de Waltz ou Evera, e teorias ofensivas, como a de Mearsheimer<sup>10</sup>.

O neo-realismo tem um alcance propositadamente reduzido e não incide sobre a formação doméstica da política externa, pelo que não explica diversos fenómenos relevantes nas relações internacionais. Por exemplo, a formação e a persistência da cooperação internacional são processos que o neo-realismo não pode analisar completamente<sup>11</sup>. Acresce que há também inconsistências empíricas no que respeita as suas conclusões, como a existência de casos em que não se verifica o previsto *balancing*<sup>12</sup>. Na sequência dos limites do neo-realismo surgiram autores catalogados como realistas neoclássicos (*e.g.*, Schweller, Christensen) que procuram ultrapassar as limitações de uma teoria estrutural recorrendo a variáveis intervenientes internas aos estados e explorando o processo de política doméstica<sup>13</sup>. Efectivamente, as limitações do neo-realismo têm provocado adaptações teóricas que podem levar alguns a perguntar, como Legro e Moravcsik, se algumas delas são verdadeiramente realistas, ou outros a afirmar, como Vasquez, que o programa de pes-

O NEO-REALISMO TEM UM ALCANCE PROPOSITADAMENTE REDUZIDO E NÃO INCIDE SOBRE A FORMAÇÃO DOMÉSTICA DA POLÍTICA EXTERNA, PELO QUE NÃO EXPLICA DIVERSOS FENÓMENOS RELEVANTES NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.

quisa neo-realista é degenerativo<sup>14</sup>. Todavia, aqui concorda-se com Schweller quando este argumenta que estamos perante um programa de pesquisa progressivo que permite estas adaptações sem que haja uma falsificação da teoria<sup>15</sup>. Portanto, o neo-realismo é claramente limitado mas pode ser útil enquanto base para construções teóricas mais rigorosas e abrangentes.

O liberalismo é uma corrente que engloba teorias que basicamente defendem que é possível manter a paz e a cooperação no sistema internacional ultrapassando a lógica conflitual do realismo. Seleccionaram-se teorias liberais que utilizam as seguintes variáveis independentes para explicar a ausência de conflitos ou a promoção da cooperação entre os estados: o comércio internacional (liberalismo comercial), as instituições internacionais (institucionalismo neoliberal) e os regimes democráticos (teoria da paz democrática).

O comércio internacional é visto por muitos como um factor que torna menos provável a ocorrência de conflitos entre os estados. O liberalismo comercial procura demonstrar que as probabilidades de ocorrer um conflito diminuem quando determinados estados aumentam as trocas comerciais entre si, uma ideia cientificamente explorada por autores como Polachek, Robst e Chang<sup>16</sup>. A interdependência comercial diminui as probabilidades de conflito e pode promover a cooperação.

O uso das instituições internacionais como variáveis independentes que explicam a cooperação atingiu um grau elevado de consistência teórica com o institucionalismo

neoliberal. Esta teoria parte da base neo-realista de que a anarquia internacional facilita o conflito e prejudica a cooperação entre unidades egoístas mas, ao contrário do neo-realismo, defende que os estados têm uma maior preocupação com ganhos absolutos do que com ganhos relativos<sup>17</sup>

O LIBERALISMO COMERCIAL PROCURA  
DEMONSTRAR QUE AS PROBABILIDADES DE  
OCORRER UM CONFLITO DIMINUEM QUANDO  
DETERMINADOS ESTADOS AUMENTAM  
AS TROCAS COMERCIAIS ENTRE SI.

e que as instituições internacionais – simplisticamente vistas como as regras formais de interacção entre os estados – estimulam a cooperação entre os estados, bloqueando os efeitos nocivos das adversas condições sistémicas. Por exemplo, Keohane afirma que os regimes internacionais facilitam a circulação de informação, diminuem os custos de transacção e geram expectativas de cooperação<sup>18</sup>. Logo, as instituições internacionais promovem a cooperação entre os estados e constituem um estímulo suficientemente poderoso para contrariar a influência negativa das estruturas do sistema internacional.

Do liberalismo surgem também teorias de paz democrática<sup>19</sup> que se debruçam sobre os efeitos dos regimes democráticos em relação às probabilidades de ocorrência de conflitos, em que autores como Doyle procuram demonstrar cientificamente que as democracias (ou certos tipos de democracia) não entram em guerra umas com as outras<sup>20</sup>. Um dos argumentos-chave desta perspectiva teórica é que as democracias

conseguem sinalizar com sucesso as suas intenções benignas. Existem também análises abrangentes, como a efectuada por Oneal e Russett, em que se explora de que modo a conjugação dos três factores mais enfatizados na literatura liberal – comércio livre, instituições internacionais e democracia – produzem a desejada paz «kantiana»<sup>21</sup>. Porém, os liberais continuam a não apresentar convincentemente um quadro teórico que explique a correlação positiva entre algumas das variáveis (*e.g.*, a não ocorrência de conflitos entre democracias maduras) ou a não falsificar muitos dos argumentos realistas. As relações de causalidade apresentadas por estas teorias permanecem insuficientemente fundamentadas.

O construtivismo é uma perspectiva teórica que sustenta que a estrutura-chave do sistema internacional não é material (como a distribuição de poder), mas social e intersubjectivista. Autores como Wendt, Adler e Checkel<sup>22</sup>, catalogados como construtivistas de *middle ground* por quererem criar uma ponte entre as teorias positivistas e as pós-positivistas, acreditam na possibilidade de analisar as relações internacionais através da difícil (ou impossível para alguns) conjugação de uma ontologia pós-positivista com uma epistemologia positivista<sup>23</sup>. O comportamento dos estados e o cariz da sua interacção são definidos pela estrutura social e não pela estrutura de poder conforme defendem os neo-realistas. Contrariamente à assunção racionalista de neo-realistas e neoliberais de que os estados são unidades egoístas com preferências fixas de origem exógena, os construtivistas crêem que as preferências dos estados são mutáveis e endogenamente criadas através da sua interacção num processo socialmente construído. A natureza distante, conflitual, cooperativa, ou mesmo comunitária, da interacção entre determinados estados resulta da estrutura social e não de cálculos elaborados por estados intrinsecamente egoístas. Efectivamente, a cultura do sistema internacional pode ser «hobbesiana», «lockiana» ou «kantiana», consoante as relações construídas pelos estados fazem deles inimigos, rivais ou amigos. A variável independente utilizada pelos construtivistas é a estrutura social, onde ganham relevo factores como a identidade colectiva, cultura, instituições e normas, que transformam a percepção que os estados têm de si e dos outros. É neste processo que se redefinem subjectivamente os papéis dos actores e as suas preferências.

Contudo, Wendt e os restantes construtivistas ainda não demonstraram empiricamente que «a anarquia é aquilo que os estados fazem dela»<sup>24</sup>. Mesmo dando o benefício da dúvida aos construtivistas, deve reconhecer-se que ainda não foram capazes de construir a tal ponte teórica entre campos opostos, nem de desenvolver um programa de pesquisa científico, o que equivale a dizer que os seus resultados permanecem especulativos<sup>25</sup>.

Face às diversas lacunas das teorias referidas há quem procure utilizar molduras teóricas mistas, como aquela que autores como Katzenstein, Okawara, Alagappa e Kim denominam de eclectismo analítico<sup>26</sup>. Todavia, essas molduras não representam substitutos científicos concretos face às teorias nas quais se baseiam e cujos limites pro-

curam ultrapassar. Perante este cenário, este artigo baseia-se em assunções analíticas de uma teoria alternativa aqui apresentada, designada por realismo tridimensional e enquadrada no realismo neoclássico.

## REALISMO TRIDIMENSIONAL

O realismo tridimensional pode classificar-se como uma teoria realista neoclássica ofensiva<sup>27</sup>. Reconhece-se a relevância preponderante das (1) variáveis externas estruturais materiais (anarquia e poder) – sendo que neste texto o uso genérico do termo «estruturas do sistema internacional» refere-se à anarquia como princípio organizador sistémico e à distribuição de poder entre os estados –, mas utilizam-se acessoriamente a (2) variável externa estrutural não material (estrutura social internacional), (3) variáveis internas (*e.g.*, interesses de grupos económicos, identidade nacional) e (4) externas não estruturais (*e.g.*, instituições internacionais) para explicar as diferentes dimensões do comportamento dos estados no sistema internacional. Aqui não se testa a teoria nem se desenvolvem totalmente as suas assunções, ou seja, apresentam-se as suas ideias-base mas não se expõe o modelo geral que inclui todas as relações de causalidade entre variáveis independentes e dependentes. No entanto, procura-se claramente distinguir os conceitos de (1) preferência, (2) estratégia e (3) ambiente estratégico externo, mesmo que tal se faça de modo sumário. Segundo Frieden, as preferências são o modo como o actor ordena os resultados de determinada interacção, as estratégias são os meios utilizados para atingir as preferências e o ambiente estratégico é o contexto no âmbito do qual os actores interagem<sup>28</sup>. Dadas as suas preferências, os actores formam estratégias baseadas nas possibilidades proporcionadas pelo ambiente de interacção. As preferências numa interacção podem transformar-se em estratégias noutra interacção e vice-versa, mas de maneira a hierarquizar as variáveis e em controlá-las mais rigorosamente, a teoria assume parcimoniosamente que

existem (1) uma preferência primária imutável e (2) preferências secundárias mutáveis. Existem ainda (1) estratégias primárias e (2) estratégias secundárias. Quanto ao ambiente estratégico, assume-se que a actual estrutura anárquica do sistema internacional é teoricamente mutável, mas dão-se como imutáveis as características de incerteza e escassez.

O REALISMO TRIDIMENSIONAL É UMA TEORIA RACIONALISTA QUE DEFENDE QUE OS ESTADOS COEXISTEM EGOISTICAMENTE NUM SISTEMA INTERNACIONAL ONDE A CONJUGAÇÃO DA ANARQUIA COM A INCERTEZA E ESCASSEZ CONDUZ A UMA INTERACÇÃO COMPETITIVA, DOMINADA PELOS ESTADOS MAIS PODEROSOS.

O realismo tridimensional é uma teoria racionalista que defende que os estados coexistem egoisticamente num sistema internacional onde a conjugação da anarquia com a incerteza e escassez conduz a uma interacção competitiva, conflitual e em auto-ajuda dominada pelos estados mais poderosos, onde no entanto podem desenvolver-se processos limitados de cooperação e alterações graduais na estrutura sistémica anárquica.

Neste enquadramento racionalista, os actores são parcimoniosamente reduzidos à condição de unidades racionais cujo objectivo é maximizar os ganhos e minimizar as perdas<sup>29</sup>. As estratégias dos estados visam prosseguir as suas preferências, que são hierarquizadas de modo a que se compreendam as opções prioritárias desses actores. Note-se que mesmo que os líderes sejam teoricamente considerados actores racionais por prosseguirem preferências e estratégias hierarquizadas, e por pretenderem maximizar os ganhos e diminuir as perdas, isso não significa obviamente que estes não cometam erros e que não haja excepções ao comportamento teoricamente previsto (excepções essas que geralmente resultam em danos para o Estado). A teoria assenta no conceito de tridimensionalidade: a existência de três dimensões distintas que coexistem simultaneamente no mesmo processo de interacção dos estados no sistema internacional. Neste sentido, numa análise completa do comportamento dos agentes e das transformações estruturais, a teoria permite avaliar três dimensões distintas com base em modelos diferenciados e interligados de modo holístico. Além de níveis de análise, o realismo tridimensional incorpora dimensões de análise. Mas antes de se discorrer brevemente acerca das diferentes dimensões da teoria, procede-se à enumeração das suas assunções principais.

Parte-se da presunção de que não obstante os estados serem os actores mais importantes nas relações internacionais, não existe um chamado interesse nacional ou *raison d'État*, pois o comportamento dos estados no sistema internacional reflecte as preferências e estratégias de quem os controla politicamente, isto é, os seus líderes políticos<sup>30</sup>. A preferência primária (exógena e fixa) destes líderes é manter o controlo político sobre um Estado independente. Esta preferência primária está sujeita a desafios externos (*e.g.*, dominação política por outro Estado ou ataque militar que culmine na destruição do Estado) e internos (*e.g.*, perda de eleições ou golpe de Estado). A teoria concentra-se obviamente nos desafios externos, adoptando os estados como actores centrais e assumindo que quando os seus líderes tomam uma decisão de política externa procuram manter o apoio dos grupos internos essenciais à sua permanência no poder<sup>31</sup>. Regressando às preferências, existem obviamente preferências secundárias, mas são dadas como acessórias relativamente à primária. Por exemplo, os líderes de um estado podem preferir tomar decisões que considerem moralmente correctas ou procurar obter prestígio internacional. No entanto, estas preferências são geralmente materializadas apenas quando não impedem a satisfação da primária. Independentemente das suas convicções pessoais, do partido político a que pertencem, do ambiente cultural que os rodeia, do regime político do Estado, das organizações internacionais a que o Estado adere, ou da percepção que têm dos outros estados, a preferência primária dos líderes políticos é a permanência no poder. As estratégias primárias destinam-se à prossecução desta preferência e são igualmente imutáveis, sendo determinadas pelo ambiente onde os estados interagem.

O sistema internacional, isto é, o ambiente estratégico, tem (1) uma estrutura anárquica e nele imperam (2) a incerteza (a informação não é completa, os compromissos

e a sinalização de intenções são dúbios) e (3) a escassez de bens públicos que garantam a sobrevivência e prosperidade dos estados (incluindo a sua segurança), um contexto onde os estados com maiores capacidades militares têm maiores probabilidades de sobrevivência. Neste sentido, a estrutura de poder é a variável com maior importância na definição das opções dos estados. É este ambiente que determina de forma invariável as estratégias primárias dos estados, independentemente de outros factores. Com base nas conclusões do realismo ofensivo de Mearsheimer e contrastando com as disposições do realismo defensivo, defende-se nesta teoria que as estratégias primárias dos estados são 1) a procura da hegemonia e (2) o bloqueamento das intenções hegemónicas de outro Estado, dado o objectivo de sobreviverem num sistema com a estrutura e características referidas<sup>32</sup>. Os estados com menos poder, além de se preocuparem com um potencial Estado hegemónico e de estarem impossibilitados de alcançar essa mesma hegemonia, têm certamente de preocupar-se com as capacidades de outros estados menos poderosos que podem ameaçá-los directamente.

A hegemonia no realismo tridimensional é definida de forma bastante estrita, caracterizando-se como o domínio absoluto da estrutura de poder de determinado sistema político (onde o Estado está directamente inserido, seja em termos de geografia, alianças ou presença de forças militares), no sentido em que o Estado hegemónico tem capacidade, real ou percebida, para derrotar simultaneamente os restantes estados inseridos naquele sistema, sendo as probabilidades de bloqueamento de uma retaliação militar que impeça o controlo político-administrativo dos líderes a nível interno superiores às probabilidades do desfecho contrário (este bloqueamento presume-se teoricamente como impossível de alcançar num conflito entre as maiores potências nucleares actuais). As formas de dominação económica, ideológica e cultural são indiscutivelmente relevantes, mas não cabem no conceito de hegemonia utilizado e são secundárias face à dominação militar. Quanto mais favorável a posição relativa de um Estado na estrutura de poder, mais possibilidades tem de garantir a prossecução das suas preferências (primária e secundárias), dissuadindo, coagindo ou influenciando os restantes estados a agirem de acordo com as suas expectativas. Os líderes de países com menos

recursos materiais (*e.g.*, Portugal) ou com uma capacidade política limitada de aplicação desses recursos no campo militar (*e.g.*, Alemanha) fazem depender a sua segurança externa de estados mais poderosos, mas esta teoria prevê que enquanto no primeiro caso estes países se mantêm

AS FORMAS DE DOMINAÇÃO ECONÓMICA, IDEOLÓGICA E CULTURAL SÃO INDISCUTIVELMENTE RELEVANTES, MAS NÃO CABEM NO CONCEITO DE HEGEMONIA UTILIZADO E SÃO SECUNDÁRIAS FACE À DOMINAÇÃO MILITAR.

«à boleia» dos estados que os protegem, no segundo, os países acabam, no mínimo, por edificar a sua própria capacidade de autodefesa. Sendo a hegemonia global algo dificilmente alcançável, os estados com maiores capacidades concentram-se em procurar a hegemonia na sua região ou em impedir que outros a alcancem nessa ou nou-



tra região<sup>33</sup>. As estratégias primárias não são alteradas por factores não estruturais, mas a implementação destas estratégias já dependerá de estratégias secundárias (rigorosamente, a estratégia primária transforma-se em preferência da estratégia secundária) que estão sujeitas ao eventual condicionamento de outras variáveis, internas e externas. A preferência e estratégias primárias dos estados acabam por conduzir a um jogo de soma zero e por fomentar a discórdia e os conflitos no sistema internacional. Os estados entram numa segunda dimensão ao prosseguirem as suas preferências e estratégias secundárias, subsidiárias relativamente às primárias. Os estados seguem incontáveis estratégias secundárias que se destinam a: (1) concretizar directamente as estratégias primárias, (2) concretizar indirectamente as estratégias primárias, (3) satisfazer as preferências secundárias, (4) procurar satisfazer directamente as preferências primárias sem atender às estratégias primárias (o que culmina usualmente em erros danosos) e (5) concretizar outras estratégias secundárias<sup>34</sup>.

Centrando-se a análise nas estratégias secundárias que visam concretizar directamente as estratégias primárias, verifica-se que estas são (1) a maximização de poder, (2) o *balancing* (contrabalançar o Estado revisionista através da construção de alianças e/ou da criação ou mobilização de meios militares) e (3) o conflito militar (envolvimento directo ou promoção de um conflito entre terceiros). Devido aos constrangimentos estruturais os estados acabam por aplicar estas estratégias, mas com variações no tempo de concretização, porque além de dependerem primeiramente das suas capacidades materiais e possibilidades de sucesso no âmbito da estrutura de poder, as decisões dos líderes podem ser influenciadas por factores não estruturais<sup>35</sup>. A título de exemplo, as ameaças internas ao poder dos líderes resultantes de uma decisão de política externa envolvendo variáveis internas e externas não estruturais (*e.g.*, sanções de uma organização internacional que provoquem o derrube interno do líder) a curto, médio e longo prazo, são usadas para calcular os custos e benefícios das estratégias secundárias desse Estado, sendo a escolha das três destinadas a concretizar directamente as estratégias primárias bastante inelástica perante ameaças internas a médio e longo prazo. Quando é que uma potência principal decide maximizar o seu poder de modo a tornar-se hegemónica? Por que é que o *balancing* não é automático e existem estados que optam por outras estratégias? Em que condições procuram os estados utilizar um conflito para concretizar as suas estratégias primárias? O estudo da variação do comportamento dos estados face à prossecução destas estratégias deve ser feito com o auxílio de variáveis internas e externas que colmatem as insuficiências das estruturas materiais do sistema internacional, mesmo que acabem apenas por servir de variáveis de controlo que comprovem que o Estado não maximizou o seu poder, contrabalançou ou atacou outro devido a razões meramente estruturais.

Quanto à tipologia dos estados, o realismo tridimensional adopta os termos (1) potência principal ao definir os estados com capacidade militar para, quando os seus líderes decidem fazê-lo, concretizar pelo menos uma das suas estratégias primárias (alcançar

a hegemonia e/ou impedir a hegemonia de outro), e (2) potência acessória para os estados que não conseguem fazê-lo com base exclusiva no seu poder. Esta classificação varia consoante o envolvimento político e a capacidade geográfica de projecção do poder militar, já que se concorda com Buzan e Waever quanto à importância de se observarem as idiossincrasias sistémicas e as capacidades de cada Estado a nível global e regional<sup>36</sup>. Mas ao contrário das definições utilizadas por estes autores e dos seus critérios de conceitualização, o realismo tridimensional utiliza somente os conceitos de potências principais e potências acessórias. Utilizando este quadro extremamente simplificado, a base inicial dos jogos de interacção entre os actores torna-se mais operacional, acrescentando-se posterior e sucessivamente outras variáveis à medida que o jogo se desenvolve.

Em termos de polaridade, a teoria baseia-se na classificação de Mearsheimer: (1) unipolaridade (uma potência principal hegemónica), (2) bipolaridade equilibrada, (3) bipolaridade desequilibrada (uma das duas potências principais torna-se potencialmente hegemónica), (4) multipolaridade equilibrada e (5) multipolaridade desequilibrada (uma das mais de duas potências principais torna-se potencialmente hegemónica)<sup>37</sup>. Um potencial Estado hegemónico, adaptando-se ainda um conceito de Mearsheimer, define-se no realismo tridimensional como sendo a maior potência principal que, detendo a superioridade económica face aos restantes estados de certo sistema político, embarca num processo de maximização de poder militar a um ritmo que se for mantido constante acabará por conduzir à hegemonia sistémica. Exemplificando, os EUA atingirão este estatuto se o seu sistema de defesa antimíssil começar a aproximar-se de um nível em que a capacidade de resposta nuclear de outros países é anulada. Segundo a teoria (cujo enquadramento proposto não pode confundir-se com unimultipolaridade), os EUA são a maior potência principal no mundo, a única potência principal global e a potência hegemónica nas Américas, mas não existe nenhuma potência hegemónica ou potencialmente hegemónica a nível global e as restantes potências principais são todas regionais<sup>38</sup>. Quanto às probabilidades de

ocorrência de conflitos entre os estados mais poderosos, reitera-se igualmente uma das conclusões do realismo ofensivo (sendo que no realismo tridimensional são utilizadas variáveis não estruturais para fortalecer esta conclusão) quando este estabelece que, entre outros cenários sistémicos, existem maiores possibilidades

O REALISMO TRIDIMENSIONAL REORGANIZA O USO DAS VARIÁVEIS UTILIZADAS NO NEO-REALISMO, LIBERALISMO E CONSTRUTIVISMO, CRIANDO UM ENQUADRAMENTO TEÓRICO PARCIMONIOSO E UMA HIERARQUIZAÇÃO DIMENSIONAL DO COMPORTAMENTO DOS ESTADOS.

des de ocorrer um conflito num sistema multipolar desequilibrado do que num sistema multipolar equilibrado<sup>39</sup>.

O realismo tridimensional, não oferecendo presentemente novas variáveis, reorganiza o uso das utilizadas no neo-realismo, liberalismo e construtivismo, criando um enqua-

dramento teórico parcimonioso e uma hierarquização dimensional do comportamento dos estados no actual sistema internacional, procurando igualmente explicar as transformações nas estruturas sistémicas. É com base nestes pressupostos que as várias dimensões das relações internacionais são examinadas.

A primeira dimensão das relações internacionais é imutável e refere-se à preferência e estratégias primárias. Estas estratégias são condicionadas pelas estruturas do sistema internacional, sendo que os estados só abdicariam delas se a anarquia desaparecesse (desaparecendo igualmente os estados soberanos) ou as características daquele sistema (incerteza e escassez) se alterassem. Dada a perene preferência primária dos líderes, naquele ambiente as estratégias primárias mantêm-se e os estados têm um comportamento funcionalmente idêntico.

A mutável segunda dimensão engloba as preferências e estratégias secundárias. Mesmo que os estados sejam egoístas e tenham uma preferência e estratégias primárias fixas, o seu comportamento não se explica apenas com base nessa primeira dimensão. Por exemplo, após a II Guerra Mundial os estados têm optado por estratégias secundárias que visam o fortalecimento de uma sociedade internacional alicerçada em instituições sólidas. Esta segunda dimensão, derivada e dependente da primeira, deve ser compreendida à luz de variáveis estruturais (material e social); de variáveis internas como a natureza dos regimes políticos, organização e interacção burocrática nos estados, ou identidade colectiva; e de variáveis externas não estruturais, como as instituições internacionais. Ou seja, esta teoria incorpora muitos dos factores utilizados por liberais e construtivistas, mas utiliza-os num plano secundário em que as preferências e estratégias dos estados podem variar. A primeira dimensão influencia a segunda, mas a segunda não influencia a primeira. Portanto, mesmo que se verifiquem processos de cooperação internacional, estes são sempre limitados e enquadram-se numa segunda dimensão derivada que não pode alterar a realidade de uma dimensão primária competitiva e propensa ao conflito. Uma realidade mesmo em sistemas considerados por alguns como inteiramente pacificados por processos avançados e altamente institucionalizados de integração, como é o caso da suposta comunidade de segurança existente na União Europeia<sup>40</sup>.

Finalmente, a também mutável terceira dimensão refere-se ao processo – resultante da interacção dos estados – através do qual as estruturas material e social do sistema internacional se alteram, podendo conduzir a mudanças ao nível do grau de anarquia sistémica ou mesmo ao seu eventual desaparecimento enquanto característica do ambiente estratégico, sendo que a teoria mantém a incerteza e a escassez como características constantes. Encerra-se deste modo o ciclo tridimensional com que a teoria explica o comportamento dos estados, analisando-se a alteração da maioria das suas preferências e a transformação do ambiente estratégico onde interagem. Dada a sua complexidade, a terceira dimensão não pode ser aqui aprofundada ou aplicada<sup>41</sup>. Apenas são apresentados dois cenários, um em que a estrutura sistémica material se man-

tém e outro em que sofre uma alteração favorável à China, mas não se exploram cenários detalhados ou se referem os restantes aspectos da terceira dimensão.

Com base no realismo tridimensional reflecte-se aqui sobre a ocorrência de eventuais alterações na estrutura de poder do Nordeste Asiático e o modo como essa estrutura, alterando-se ou não, poderá influenciar o comportamento dos estados na região.

### **O NORDESTE ASIÁTICO DIVIDIDO**

O Nordeste Asiático é uma região que vive em paz e atravessa uma fase de expansionismo económico influenciada pelo crescimento chinês, mas permanece uma região dividida, com os seus estados a manterem um distanciamento explicável por factores variados e visível na reduzida cooperação regional. Uma breve referência à estrutura regional de poder, conflitos territoriais latentes, ausência de organizações regionais e percepções colectivas, ajuda a compreender essa divisão.

Relativamente à estrutura de poder, são comuns as teses semelhantes à de Wohlforth de que o sistema internacional é unipolar e dominado pelos hegemónicos EUA<sup>42</sup>. Aqui discorda-se não apenas dessas teses, mas também daquelas que defendem especificamente que o Nordeste Asiático é um sistema unipolar ou bipolar<sup>43</sup>. Uma eventual hegemonia norte-americana na região dependeria de avanços na tecnologia militar que permitissem a Washington sustentar retaliações nucleares de Moscovo e Pequim, um cenário

que não se afigura plausível num futuro próximo. Considera-se que o sistema global e o do Nordeste Asiático são ambos multipolares equilibrados (apesar da superioridade norte-americana), sendo o poder dos EUA no Nordeste Asiático equilibrado pela Rússia e pela China (há três potências principais), ainda que a presença militar russa na região seja limitada e os chineses estejam em fase de modernização militar<sup>44</sup>.

O NORDESTE ASIÁTICO É UMA REGIÃO QUE VIVE EM PAZ E ATRAVESSA UMA FASE DE EXPANSIONISMO ECONÓMICO INFLUENCIADA PELO CRESCIMENTO CHINÊS, MAS PERMANECE UMA REGIÃO DIVIDIDA, COM OS SEUS ESTADOS A MANTEREM UM DISTANCIAMENTO EXPLICÁVEL POR FACTORES VARIADOS E VISÍVEL NA REDUZIDA COOPERAÇÃO REGIONAL.

Os EUA são indubitavelmente a maior potência militar e a sua despesa com a defesa é muito superior à das restantes potências principais. A presença equilibradora dos EUA (*offshore balancer*) no Nordeste Asiático, com o objectivo de impedir a surgimento de uma potência hegemónica local, assenta em alianças bilaterais assimétricas com o Japão, a Coreia do Sul e Taiwan (potências acessórias), não existindo uma estrutura multilateral de segurança na região<sup>45</sup>. As Conversações a Seis são uma excepção em termos de institucionalização regional mas limitam-se à categoria de fórum negocial, pelo que é especulativo afirmar que servirá de base a uma verdadeira organização de segurança. Relativamente aos restantes estados, a China surge como o actor mais relevante e a sua evolução e eventuais aspirações hegemónicas têm sido sobejamente debatidas na literatura<sup>46</sup>. Tradicionalmente o Estado hegemónico regional, a China perdeu esse estatuto

desde as Guerras do Ópio (1839-1842 e 1856-1860) e o seu desenvolvimento económico conduz a suposições – baseadas em teoria ou na história – de que Pequim procurará recuperar aquele estatuto quando tiver condições materiais para tal<sup>47</sup>. Esta questão é especialmente relevante quando se verifica que se as taxas de crescimento económico actuais se mantiverem constantes, a China ultrapassará os EUA como a maior economia mundial. Aqui defende-se que a China acabará por procurar a hegemonia regional se a sua economia o permitir, um comportamento comum às potências principais.

Por outro lado, Tóquio, Seul, Pyongyang e Moscovo têm um papel menos central<sup>48</sup>. O debate sobre a normalização político-militar do Japão mantém-se aceso, incluindo as razões que podem levá-lo a tornar-se uma potência nuclear caso aquela normalização se verifique, e sobre especulações em torno de uma identidade japonesa intrinsecamente pacífica ou do ressurgimento das suas aspirações hegemónicas na região, à semelhança do período entre 1905 e 1945, durante o qual o Japão surgiu como potência principal após derrotar a China (1894-1895) e a Rússia (1904-1905)<sup>49</sup>. A administração de Shinzo Abe demonstrou que dificilmente o Japão deixará de construir uma capacidade militar dissuasora e evoluir em direcção a um estatuto condizente com a sua capacidade económica<sup>50</sup>.

A Coreia do Sul permanece apostada em manter a estabilidade na península coreana, estimulando a cooperação com a Coreia do Norte e promovendo discretamente uma reunificação gradual a longo prazo, favorável a Seul<sup>51</sup>. A protecção norte-americana permite à Coreia do Sul tomar posições menos duras face ao programa nuclear de Pyongyang e manter estratégias conciliadoras como a Sunshine Policy, a Política de Paz e Prosperidade, ou outra política de cooperação que eventualmente venha a ser escolhida por uma administração conservadora (menos complacente), como em caso de vitória de Lee Myung-bak, actual candidato do Grande Partido Nacional, nas eleições presidenciais de Dezembro de 2007.

A Coreia do Norte procura garantir a sua sobrevivência num ambiente particularmente hostil. Desde os projectos iniciais na década de 1960, passando pela promessa de assinatura do acordo de garantias nucleares com a Agência Internacional de Energia Atómica em 1985 (apenas cumprida em 1992), até ao teste de Outubro de 2006, Pyongyang tem procurado adquirir um arsenal nuclear que lhe permita alcançar um de dois objectivos: tornar-se uma legítima potência nuclear (objectivo máximo) ou, em caso de insuportáveis pressões militares, políticas ou económicas, abdicar do seu programa nuclear a troco de benefícios políticos e/ou económicos (objectivo mínimo)<sup>52</sup>.

Por último, a Rússia tem tentado manter alguma influência na região e impedir que surja um Estado hegemónico: o mesmo objectivo dos EUA mas com menos meios para o prosseguir<sup>53</sup>. Moscovo tem construído uma relação mais próxima com Pequim – de modo a contrariar a influência norte-americana e manter uma maior vigilância sobre os chineses – ilustrada pela Organização de Cooperação de Xangai e pelo Tratado de Amizade assinado por ambos em Julho de 2001. Procura ainda manter-se activa na

região através da participação em iniciativas de cooperação, como as Conversações a Seis, com o intuito de recuperar parte do estatuto perdido a partir de 1989.

Não obstante a actual estabilidade regional entre as potências principais, existem tensões causadas por reivindicações territoriais (ilhas Senkaku, Dokdo, Spratly, Parcel e Curilhas) envolvendo, entre outros, a China, o Japão, a Coreia do Sul, Taiwan e a Rússia. Não é de supor que ocorram confrontos militares entre estes países, apesar da utilização política dessas reivindicações, mas sob determinadas condições estruturais estes territórios poderão constituir focos de conflito.

O Nordeste Asiático permanece pobre em termos de institucionalização regional, o que parece paradoxal quando se observa o crescimento económico na região e o modo como as economias locais estão interligadas<sup>54</sup>. Nem a crise financeira de 1997 fez com que surgissem organizações económicas regionais, tendo fracassado o projecto japonês de um Fundo Monetário Asiático. O mesmo se verifica noutras áreas. São poucas as instituições compostas exclusivamente por países do Nordeste Asiático e

as que existem têm um alcance restrito – como o Programa de Desenvolvimento da Área do Rio Tumen (China, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Mongólia e Rússia) – ou, incluindo os EUA, são meros fóruns negociais, caso das Conversações a Seis. Iniciativas como o Fórum Económico do Nordeste Asiático e o Diálogo de Coope-

O NORDESTE ASIÁTICO PERMANECE POBRE EM TERMOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO REGIONAL, O QUE PARECE PARADOXAL QUANDO SE OBSERVA O CRESCIMENTO ECONÓMICO NA REGIÃO E O MODO COMO AS ECONOMIAS LOCAIS ESTÃO INTERLIGADAS.

ração do Nordeste Asiático revelam-se úteis mas pouco relevantes. Nota-se que o processo cooperativo a Sudeste está a servir de base para a cooperação limitada entre a China, o Japão e a Coreia do Sul (ASEAN+3). O Fórum Regional da ASEAN constitui outro exemplo, juntando a Rússia, a China, o Japão, a Coreia do Sul e a Coreia do Norte (além dos EUA).

A falta de identidade regional é outro dos aspectos que reflectem as divisões no Nordeste Asiático. Kim oferece dados estatísticos relativos ao ano 2000 que revelam as divisões identitárias e sentimentos de insegurança existentes na região, com o Japão a ser ainda encarado com antipatia por quase metade dos chineses e sul-coreanos inquiridos<sup>55</sup>. A história da região desde meados do século XIX marcou pesadamente a memória colectiva de chineses, japoneses e coreanos, conduzindo a um forte nacionalismo e à desconfiança face aos vizinhos, especialmente dirigida contra um Japão com um passado expansionista na primeira metade do século XX. Na generalidade, verificou-se que as opiniões favoráveis na China, no Japão e na Coreia do Sul relativamente aos vizinhos nunca ultrapassaram os 34,5 por cento. Kim sublinha que estas estatísticas demonstram claramente a razão pela qual o Nordeste Asiático tem pouca ou nenhuma base social e psicológica sobre a qual forjar instituições multilaterais de cooperação regional, um pessimismo sublinhado por autores como Rozman<sup>56</sup>. O nacio-

nalismo e a desconfiança estão bem vivos no Nordeste Asiático, alimentando tensões e prejudicando iniciativas regionalistas.

No âmbito do enquadramento teórico definido e de um Nordeste Asiático dividido onde os EUA mantêm o equilíbrio de poder e a China surge como eventual potência revisionista, resta reflectir sobre os cenários futuros para a região: distanciamento, conflito e cooperação.

### **DISTANCIAMENTO, CONFLITO OU COOPERAÇÃO?**

Para o realismo tridimensional as estruturas do sistema internacional, em conjunto com a incerteza e a escassez, determinam a primeira e imutável dimensão do comportamento dos estados. Não se expõem aqui cenários de estrutura unipolar ou bipolar, havendo uma concentração em dois contextos: a estrutura de poder mantém-se multipolar equilibrada ou a estrutura de poder altera-se para multipolar desequilibrada. *Ceteris paribus*, o comportamento primário dos estados não se altera devido a factores não estruturais, pelo que o cenário de cooperação sólida, profunda e estável é prontamente rejeitado.

Examinando a actual estrutura multipolar equilibrada e a capacidade económica dos países em causa, especialmente tendo em conta a China, verifica-se que a curto prazo só em condições excepcionais é que aquela estrutura se desequilibrará. Logo, presume-se que nos próximos anos este sistema multipolar manter-se-á equilibrado. Neste ambiente poderão eclodir conflitos, emergir processos limitados de cooperação regional, ou manter-se-á o distanciamento? Analisando-se essa estrutura e factores internos aos estados parece mais crível apostar no surgimento de novos processos de cooperação do que na eclosão de um conflito entre potências principais.

Um sistema multipolar equilibrado não é sinónimo de inexistência de conflitos, mas no âmbito do actual não existem factores estruturais e internos suficientemente relevantes para darem início a um conflito, independentemente de pontos quentes como a península coreana e Taiwan, do nacionalismo e das querelas territoriais. Presentemente nenhum Estado obteria vantagens com um conflito e não existem constrangimentos estruturais que os conduzam a políticas de risco.

No que concerne a emergência de processos de cooperação, verifica-se que as barreiras do nacionalismo e ressentimento histórico ainda se mantêm, mas têm vindo a diminuir gradualmente. Por exemplo, a imagem do Japão tem melhorado lentamente e o crescente intercâmbio cultural na região e a retórica sobre valores asiáticos tem servido para produzir uma nascente imagem colectiva regional. Na área da economia, como nota Mattli, as barreiras económicas ainda contribuem determinantemente para o bloqueio de processos de cooperação ou integração económica<sup>57</sup>, assim como a oposição norte-americana a projectos regionais que excluam Washington e, até certo ponto, ao uso de retórica nacionalista fomentada por determinados grupos económicos. Todavia, a área de comércio livre entre a Coreia do Sul e os EUA pode marcar uma inversão

naquela tendência, ainda que a celebração de acordos bilaterais seja o passo seguinte mais provável. Com a estabilidade estrutural, o aumento do interesse dos grupos domésticos económicos e a diminuição de obstáculos culturais é de prever que os líderes possam obter vantagens com a cooperação. Neste sentido, o regionalismo económico pode ser bem sucedido se os grupos domésticos pressionarem suficientemente os governos (espontaneamente ou como reacção à concorrência de outros blocos regionais) ou se rebentar uma crise idêntica à de 1997. Existem outras áreas em que o aprofundamento da cooperação regional é provável, como no caso do ambiente<sup>58</sup>.

As perspectivas não são tão favoráveis quanto ao estabelecimento de uma estrutura multilateral de segurança regional. Como sublinha Kim, o carácter transitório da ordem regional e a estratégia de alianças bilaterais dos EUA bloqueiam actualmente este processo<sup>59</sup>. Contudo, a longo prazo, caso os EUA abandonem a região, podem abrir-se novas possibilidades em termos de cooperação militar, quer este abandono se deva às pressões das opiniões públicas norte-americanas ou dos seus aliados, ou a um Japão mais poderoso que se torne o novo equilibrador, devido ao facto de a Rússia supostamente não ter condições políticas para substituir os EUA nas alianças com Tóquio, Seul e Taipé. Um Japão equilibrador, causa ou consequência da saída dos EUA, provavelmente provocaria uma reacção agressiva de chineses e coreanos, pelo menos na actual ou similar estrutura social regional, e prejudicaria os processos de cooperação que eventualmente estivessem em marcha. Quando a nova estrutura multipolar equilibrada fosse socialmente assimilada e o Nordeste Asiático estabilizasse talvez se gerasse um ambiente propício à promoção da cooperação e institucionalização regionais, incluindo a área da segurança.

Portanto, num contexto de equilíbrio na estrutura multipolar de poder no Nordeste Asiático é de prever que o distanciamento que irá manter-se nos próximos anos vá esmorecendo e se verifiquem processos limitados de cooperação. Estes são fenómenos que não cabem no âmbito de análises neo-realistas da região como a de Mearsheimer<sup>60</sup>. Todavia, apesar deste contexto não ser propício à eclosão de um conflito – mesmo envolvendo Taiwan ou a Coreia do Norte –, as tensões poderão regressar temporariamente caso os EUA abandonem a região e o Japão surja como novo equilibrador regional, independentemente de este processo poder proporcionar novas perspectivas de cooperação em termos de segurança regional.

No cenário da estrutura multipolar desequilibrada o risco de um conflito no Nordeste Asiático aumentará independentemente de outros factores. A mudança mais provável será aquela em que a China cresce economicamente e inicia um processo de desenvolvimento militar, dado que os chineses seriam estruturalmente estrangidos a transformar o seu poder económico em poder militar, procurando alcançar a hegemonia regional. Note-se que hipoteticamente basta que os EUA se retirem da região e que a Rússia se desligue politicamente da mesma para que a China se torne hegemónica, tendo em conta a actual distribuição de poder entre Pequim, Tóquio, Seul, Pyongyang,



Taipe e Ulan Bator. Ou seja, Pequim torna-se potencialmente hegemónica caso desenvolva a sua capacidade militar a determinado ritmo ou caso as restantes potências principais se afastem da região. Este é o cenário proposto de transição estrutural pró-China, mas ressalve-se que a sua eventual concretização parece longínqua. Considerando que se concretiza, como reagirão os estados na região? As opiniões quanto ao comportamento dos estados regionais face a eventuais potências hegemónicas variam. Por exemplo, Kang considera que os estados já estão a optar pelo *bandwagoning* (juntar-se ao Estado revisionista) em relação à China – influenciado pela aceitação histórica regional do sistema hierárquico chinês –, ao passo que Goldstein defende que o *balancing* permanecerá a estratégia prosseguida<sup>61</sup>. Neste caso o neo-realismo também é limitado, visto que não estabelece modelos de previsão do comportamento dos estados, apenas reiterando que estes acabarão por contrabalançar a referida concentração de poder. Com efeito, não é de prever que os estados contrabalancem Pequim de modo mecânico e apenas justificado através das estruturas do sistema internacional. De acordo com o realismo tridimensional, a tendência estrutural para contrabalançar a China acabaria por prevalecer na região, independentemente de opções iniciais pelo *buck-passing* (esperar que outro Estado contrabalance), *bandwagoning*, *underbalancing* (quando o Estado essencial para contrabalançar um Estado irredutivelmente ameaçador não o faz ou fá-lo ineficazmente), ou outra estratégia<sup>62</sup>. Imagine-se o quão diferentes seriam as opções iniciais do Japão, da Rússia ou da Coreia do Norte. Para se compreender as escolhas dos estados quanto à melhor altura para optar pelo *balancing*, torna-se necessário criar um jogo de interação em que as variáveis estruturais e não estruturais, externas e internas, são ponderadas.

Actualmente, os EUA têm promovido a entrada da China na ordem internacional patrocinada por si e facilitado o crescimento económico chinês. Aparentemente, Washington crê que uma China próspera se democratizará e que ao fazê-lo deixará de constituir um perigo, usando assim uma estratégia secundária que visa satisfazer a preferência primária sem atender à estratégia primária de bloqueamento da hegemonia de outros estados. Um erro de avaliação que tenderá a ser corrigido se a estrutura de poder começar a desequilibrar-se a favor da China, sob pena de os EUA saírem prejudicados.

A reacção dos norte-americanos à hegemonização da região poderia conduzir à eclosão de um conflito entre potências principais. Como Estado potencialmente hegemónico, a China tenderia a agir temerariamente face a Taiwan ou à presença norte-americana na região e Washington possivelmente responderia do mesmo modo como forma de salvaguardar as suas alianças regionais e posição internacional. Dificilmente aquela


ACTUALMENTE, OS EUA TÊM PROMOVIDO A ENTRADA DA CHINA NA ORDEM INTERNACIONAL PATROCINADA POR SI E FACILITADO O CRESCIMENTO ECONÓMICO CHINÊS. APARENTEMENTE, WASHINGTON CRÊ QUE UMA CHINA PRÓSPERA SE DEMOCRATIZARÁ E QUE AO FAZÊ-LO DEIXARÁ DE CONSTITUIR UM PERIGO.

China toleraria a existência de um território chinês «rebelde» ou a presença de tropas norte-americanas nas suas «fronteiras». É óbvio que a tecnologia militar, nomeadamente a nuclear, tem uma interferência essencial na decisão de iniciar um conflito – como sublinham teses defensivas como as de Jervis ou Evera<sup>63</sup> –, mas ao reflectirmos sobre o futuro da região devemos supor que as alterações tecnológicas são mais voláteis do que as lentas alterações na estrutura anárquica do sistema internacional. Aliás, não só é possível que o balanço tecnológico defensivo-ofensivo se altere a favor de táticas militares ofensivas, como é possível que mesmo que se mantenha um contexto favorável à defesa, um conflito possa eclodir inadvertidamente, já que um Estado potencialmente hegemónico gera «espirais de medo» de difícil controlo<sup>64</sup>. Um cenário de probabilidades reduzidas entre potências nucleares mas possível mesmo num enquadramento racionalista em que os estados procuram maximizar os seus ganhos. Deste modo, o perigo de um conflito reside num eventual desequilíbrio da estrutura multipolar causado pela emergência de uma China potencialmente hegemónica, mesmo que este cenário se afigure longínquo e incerto. Não é provável que os factores invocados por liberais e construtivistas bloqueiem o surgimento de um ambiente conflitual nestas condições estruturais. Geralmente, a questão é «quando» e não «se» os estados agem de acordo com as suas estratégias primárias. As variáveis internas e externas não estruturais que influenciam as estratégias secundárias que visam a concretização directa das primárias tendem a sofrer alterações frequentes – comparando com a lenta e difícil mutabilidade da organização anárquica do sistema internacional e com as características fixas de incerteza e escassez –, pelo que o condicionamento das estruturas sistémicas acaba por superiorizar-se às referidas variáveis na definição do comportamento dos estados. Caso se desenvolva a referida estrutura multipolar desequilibrada, muito provavelmente o comportamento da China e a reacção dos seus vizinhos colocarão o Nordeste Asiático à beira de um conflito. Um cenário não alterável por factores como o comércio, as instituições regionais, a democracia ou a identidade colectiva regional, aos quais liberais e construtivistas atribuem uma relevância inadequadamente excessiva (*e.g.*, Wan, Acharya), como alertam autores como Barbieri, Grieco, Rosato e Moravcsik nas suas posições críticas perante as conclusões do liberalismo comercial, institucionalismo neoliberal, teoria da paz democrática e construtivismo, respectivamente<sup>65</sup>. Neste contexto estrutural a cooperação não encontra terreno fértil e o distanciamento pode descambar em conflito.

## **CONCLUSÃO**

O realismo tridimensional é uma teoria realista neoclássica ofensiva que procura ultrapassar lacunas do neo-realismo, introduzindo variáveis utilizadas pelo liberalismo e construtivismo, mas subalternizando o seu alcance. De acordo com a teoria existe uma dimensão primária e imutável das relações internacionais, determinada pela preferência e estratégias primárias dos estados, sendo estas estratégias moldadas pelas

estruturas materiais e características do sistema internacional; uma segunda dimensão dependente da primeira, onde o comportamento dos estados é explicável através da conjugação de variáveis estruturais (material e social) com outras variáveis internas e externas; e uma terceira dimensão, no seio da qual as estruturas material e social do sistema internacional sofrem mudanças e a anarquia sistémica pode alterar-se gradualmente.

Neste enquadramento teórico, caso a actual estrutura multipolar de poder no Nordeste Asiático se mantiver equilibrada aumentam as possibilidades de o actual distanciamento evoluir para uma cooperação limitada em determinadas áreas e diminuem as de conflito, apesar da tensão que um eventual equilibrador japonês poderá provocar. Este cenário de equilíbrio regional, mantido pelos EUA ou eventualmente pelo Japão, é o mais provável nos próximos anos. Por outro lado, caso a estrutura multipolar se desequilibre, supostamente a favor da China, gerar-se-ão condições favoráveis à ocorrência de um conflito devido às políticas de risco seguidas pelo Estado potencialmente hegemónico e por aqueles que o procurem contrabalançar. 

\* **Este artigo** é uma adaptação de MAGALHÃES, Nuno Santiago de – «O futuro do Nordeste Asiático: realismo tridimensional, preferências e estruturas». In *Working Paper*. N.º 27, IPRI – UNL, Maio de 2007 [no essencial retiraram-se as três secções especificamente referentes aos EUA, China, Japão, Coreia do Sul, Coreia do Norte e Rússia], e baseia-se num estudo que será publicado posteriormente [MAGALHÃES, Nuno Santiago de – «Towards a tridimensional theory of regional integration», 2008], onde é feita a apresentação teórica completa e validação empírica do realismo tridimensional.

1 IKENBERRY, John, e MASTANDUNO, Michael – «International Relations theory and the search for regional stability», in IKENBERRY, John, e MASTANDUNO, Michael (eds.) – *International Relations Theory and the Asia-Pacific*. Nova York: Columbia University Press, 2003, p. 1. Citação traduzida pelo autor.

2 Cf., por exemplo, ACHARYA, Amitav – «Will Asia's past be its future?». In *International Security*. Vol. 28. N.º 3, 2003-2004, pp. 149-164; SUH, J. J., KATZENSTEIN, Peter, e CARLSON, Allen (eds.) – *Rethinking Security in East Asia: Identity, Power, and Efficiency*. Stanford: Stanford University Press, 2004; PARK, Sa-Myung, e YAVAPRABHAS, Supachai – *Regional Cooperation and Identity Building in East Asia*. Seul: Jontong & Hyundae, 2003; KWAK, Tae-Hwan (ed.) – *The Search for Peace and Security in Northeast Asia Toward the 21<sup>st</sup> Century*. Seul: Kyungnam University Press, 1997; TIEN, Hung-Mao, e CHENG, Tun-Jen – *The Security Environment in The Asia-Pacific*. Armonk: M. E. Sharpe, 2000; ROSS, Robert – «The geography of the peace: East Asia in the twenty-first century». In *International Security*. Vol. 23. N.º 4, 1999, pp. 81-117; FRIEDBERG, Aaron – «Ripe for rivalry: Prospects for peace in a multipolar Asia». In *International Security*. Vol. 18, n.º 3, 1993-1994, pp. 5-33; e MEARSHEIMER, John – *The Tragedy of Great Power Politics*. Nova York: W. W. Norton & Company, 2001, pp. 396-400.

3 IKENBERRY, John, e MASTANDUNO, Michael – «International Relations theory and the search for regional stability», p. 1.

4 KANG, David – «Getting Asia wrong: the need for new analytical frameworks». In *International Security*. Vol. 27, n.º 4, 2003, p. 58; MOON, Chung-In, e KIM, Yongho – «Balance of influence vs. balance of power: an eclectic approach for East Asian security», in KIM, Woosang (ed.) – *Northeast Asian Regional Security Order and Strategic Calculus on the Taiwan Straits*. Seul: Yonsei University Press, 2003, p. 205. Ver também KANG, David – «Hierarchy, balancing, and empirical puzzles in Asian international relations». In *International Security*. Vol. 28, n.º 3, 2003-2004, pp. 165-180. Para um exemplo do debate teórico entre interpretivistas e racionalistas, cf. JOHNSON, Chalmers – «Preconception vs observation of the contribution of rational choice theory and area studies to contemporary political science». In *P:S Political Science and Politics*. 30: 2, Junho de 1997, pp. 170-174.

5 Consequentemente rejeita-se a directa utilidade científica das chamadas teorias reflectivistas (pós-positivistas), como as abordagens normativas, críticas, ou pós-modernistas em RI. Sobre as insuficiências das teorias reflectivistas, cf. KEOHANE, Robert – «International institutions: two approaches». In *International Studies Quarterly*. Vol. 32, n.º 4, 1988, p. 392; sobre o pós-positivismo, cf. SMITH, Steve, BOOTH, Ken, e ZALEWSKI, Marysia (eds.) – *International Theory: Positivism and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. Também as teorias neomarxistas estão ausentes deste artigo.

6 Para exemplos, ver, respectivamente, JERVIS, Robert – *Perception and Misperception in International Politics*. Princeton: Princeton University Press, 1976; ALLISON, Graham, e ZELIKOW, Philip – *Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crisis*. Nova York: Addison Wesley Longman, 1999; e BUENO DE MESQUITA, Bruce, et al. – *The Logic of Political Survival*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2005. Apesar de a teoria utilizada neste artigo ser realista neoclássica – também usando variáveis internas e focando processos de formação de política externa – privilegia a influência das estruturas do sistema internacional e apenas expõe a lógica de utilização das referidas variáveis internas, sem que estas sejam directamente aplicadas à reflexão sobre o futuro do Nordeste Asiático.

7 AXELRÖD, Robert, e KEOHANE, Robert – «Achieving cooperation under anarchy: strategies and institutions». in OYE, Kenneth A. (ed.) – *Cooperation Under Anarchy*. Princeton: Princeton University Press, 1986, p. 226. Ver também STEIN, Arthur – *Why Nations Cooperate: Circumstances and Choice in International Relations*. Ithaca: Cornell University Press, 1990.

8 MORGENTHAU, Hans – *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. Nova York: Knopf, 1978; BULL, Hedley – *The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics*. Nova York: Columbia University Press, 1995. Sobre a Escola Inglesa ver também BUZAN, Barry – *From International to World Society? English School Theory and the Social Structure of Globalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. Note-se que Buzan aproximou o realismo do constructivismo, conciliando estruturas materiais com estruturas sociais.

9 Cf. WALTZ, Kenneth – *Man, The State, and War*. Nova York: Columbia University Press, 1959; e WALTZ, Kenneth – *Theory of International Politics*. Reading, Mass.: Addison-Wesley, 1979. Para uma perspectiva de hierarquia no sistema internacional veja-se a teoria de transição de poder em ORGANSKI, A. F. K. – *World Politics*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1958. Cf. também GILPIN, Robert – *War and Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

10 Cf. WALTZ, Kenneth – *Theory of International Politics*; EVERA, Stephen Van – «Offense, defense, and the causes of war». In *International Security*. Vol. 22, n.º 4, 1998 pp. 5-48; e MEARSHEIMER, John – *The Tra-*

*gedy of Great Power Politics*. Muito sucintamente, os realistas defensivos afirmam que as grandes potências, por diversos motivos, se autocomtêm e privilegiam uma distribuição de poder equilibrada, ao passo que os realistas ofensivos sustentam que as grandes potências procuram desequilibrar a balança a seu favor sempre que têm essa oportunidade e que a hegemonia é o objectivo desejado. Ver igualmente BROOKS, Stephen – «Dueling realisms». In *International Organization*. Vol. 51, n.º 3, 1997, pp. 445-477. Curiosamente, as conclusões pessimistas do neo-realismo são parcialmente contestadas por teorias que surgem dentro da própria perspectiva, como o realismo contingente de Glaser, para quem a cooperação é bem mais previsível do que o previsto pelos restantes neo-realistas. GLASER, Charles – «Realists as optimists: cooperation as self-help». In *International Security*. Vol. 19, n.º 3, 1994-1995, pp. 50-90.

11 Existem explicações neo-realistas de processos de cooperação e de integração, como no caso da União Europeia, mas acabam por ser incompletas. Veja-se, por exemplo, GRIECO, Joseph – «State interests and institutional rules trajectories: a Neorealist reinterpretation of the Maastricht Treaty and European Economic and Monetary Union». In FRANKEL, Benjamin (ed.) – *Realism: Restatements and Renewal*. Londres: Frank Cass, 1996, pp. 262-305. Para uma relação entre a estrutura de poder e os processos de integração regional de uma [declaradamente insuficiente] perspectiva neo-realista cf. MAGALHÃES, Nuno Santiago de – «Regional integration and structures of power». Sogang University (GSIS), *paper* não publicado [International Political Economy], 2006.

12 SCHWELLER, Randall – «Unanswered threats: a Neoclassical Realist theory of underbalancing». In *International Security*. Vol. 29, n.º 2, 2004, pp. 159-201. Para uma visão geral sobre o debate em torno do equilíbrio de poder e das conclusões neo-realistas, cf. VASQUEZ, John, e ELMAN, Colin (eds.) – *Realism and the Balancing of Power: A New Debate*. New Jersey: Prentice Hall, 2003.

13 Cf. ROSE, Gideon – «Neoclassical Realism and theories of foreign policy». In *World Politics*. Vol. 51, n.º 1, Outubro de 1998, pp. 144-172; VASQUEZ, John – *The Power of Power Politics: From Classical Realism to Neotraditionalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998; SCHWELLER, Randall – «Unanswered threats: a Neoclassical Realist theory of underbalancing»; e CHRISTENSEN, Thomas – *Useful Adversaries: Grand Strategy, Domestic Mobilization, and Sino-American Conflict, 1947-1958*. Princeton: Princeton University Press, 1996. Ver também ELMAN, Colin – «Why not Neorealist theories of foreign policy?». In *Security Studies*. Vol. 6, n.º 1, 1996, pp. 7-53.

14 Cf. LEGRO, Jeffrey, e MORAVCSIK, Andrew – «Is anybody still a realist?». In *International Security*. Vol. 24, n.º 2, 1999, pp. 5-55; e VASQUEZ, John – «The Realist paradigm and degenerative versus progressive research programs: an appraisal of Neotraditional

research on Waltz's Balancing Proposition». in VASQUEZ, John, e ELMAN, Colin (eds.) – *Realism and the Balancing of Power: A New Debate*, pp. 23-48.

**15** SCHWELLER, Randall – «New Realist research on alliances: refining, not refuting, Waltz's Balancing Proposition», in VASQUEZ, John, e ELMAN, Colin (eds.) – *Realism and the Balancing of Power: A New Debate*, pp. 74-79; e SCHWELLER, Randall – «The progressiveness of Neoclassical Realism», in ELMAN, Colin, e ELMAN, Miriam Fendius (eds.) – *Progress in International Relations Theory: Appraising the Field*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2003, pp. 311-348.

**16** POLACHEK, Solomon, ROBST, John, e CHANG, Yuan-Ching – «Liberalism and interdependence: expanding the trade-conflict model». In *Journal of Peace Research*. Vol. 36, n.º 4, 1999, pp. 405-422. Ver também ROSECRANCE, Richard – *The Rise of the Trading State: Commerce and Conquest in the Modern World*. Nova York: Basic Books, 1986; MORROW, James – «How could trade affect conflict?». In *Journal of Peace Research*. Vol. 36, n.º 4, 1999, pp. 481-489; ONEAL, John, e RUSSETT, Bruce – «Assessing the Liberal peace with alternative specifications: trade still reduces conflicts». In *Journal of Peace Research*. Vol. 36, n.º 4, 1999, pp. 423-442.

**17** A questão dos ganhos absolutos e relativos foi central no chamado «debate neo-neo» entre neoliberais e neo-realistas. Cf. BALDWIN, David (ed.) – *Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate*. Nova York: Columbia University Press, 1993; e POWELL, Robert – «Absolute and relative gains in International Relations theory». In *American Political Science Review*. Vol. 85, n.º 4, 1991, pp. 1303-1320. Para uma introdução ao institucionalismo neoliberal cf. KEOHANE, Robert, e MARTIN, Lisa – «The promise of institutionalist theory». In *International Security*. Vol. 20, n.º 1, 1995, pp. 39-51; e KEOHANE, Robert, e MARTIN, Lisa – «Institutional theory as a research», in ELMAN, Colin, e ELMAN, Miriam Fendius (eds.) – *Progress in International Relations Theory: Appraising the Field*, pp. 71-108. Dentro do institucionalismo liberal – que antecedeu o institucionalismo neoliberal – ver a teoria da interdependência complexa em KEOHANE, Robert, e NYE, Joseph – *Power and Interdependence: World Politics in Transition*. Boston, Mass.: Little, Brown, 1977.

**18** KEOHANE, Robert – «The demand for international regimes». In *International Organization*. Vol. 36, n.º 2, 1982, pp. 332-350. Ver também KEOHANE, Robert – *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton: Princeton University Press, 1984; e OYE, Kenneth A. (ed.) – *Cooperation under Anarchy*. Para uma introdução ao estudo dos regimes internacionais cf. KRASNER, Stephen (ed.) – *International Regimes*. Ithaca: Cornell University Press, 1983; e HASENGLER, Andreas, MAYER, Peter, e RITBERGER, Volker – «Interests, power, knowledge: the study of international regimes». In *Mershon International Studies Review*. Vol. 40, n.º 2, 1996, pp. 177-228.

**19** Note-se que existem teorias de paz democrática provenientes de outros campos teóricos, como a teoria estratégica de

Bruce Bueno de Mesquita, James Morrow, Randolph Siverson e Alastair Smith. Cf. BUENO DE MESQUITA, Bruce *et al.* – «An institutional explanation of the Democratic peace». In *American Political Science Review*. Vol. 93, n.º 4, 1999, pp. 791-807.

**20** DOYLE, Michael – «Liberalism and world politics». In *American Political Science Review*. Vol. 80, n.º 4, 1986, pp. 1151-1169. Ver também RUSSETT, Bruce – *Grasping the Democratic Peace*. Princeton: Princeton University Press, 1994; e RUSSETT, Bruce – «The Democratic peace: and yet it moves». In *International Security*. Vol. 19, n.º 4, 1995, pp. 164-175.

**21** ONEAL, John, e RUSSETT, Bruce – «The Kantian peace: the pacific benefits of democracy, interdependence, and international organizations, 1885-1992». In *World Politics*. Vol. 52, n.º 1, 1999, pp. 1-37. Ver igualmente DOYLE, Michael – «Kant, Liberal legacies, and Foreign Affairs», parte I. In *Philosophy and Public Affairs*. Vol. 12, n.º 3, 1983, pp. 205-235.

**22** Cf. WENDT, Alexander – *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999; CHECKEL, Jeffrey – «Bridging the rational-choice / constructivist gap? Theorizing social interaction in European institutions». In University of Oslo, ARENA Working Paper 11, 2000; e ADLER, Emanuel – «Seizing the middle ground: constructivism in world politics». In *European Journal of International Relations*. Vol. 3, n.º 3, 1997, pp. 319-363.

**23** FRIEDRICH, Jörg – *European Approaches to International Relations Theory: A House with Many Mansions*. Londres: Routledge, 2004, pp. 107-111.

**24** WENDT, Alexander – «Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics». In *International Organization*. Vol. 46, n.º 2, 1992, pp. 391-425. Para os argumentos mais recentes de Wendt cf. WENDT, Alexander – «Social Theory as a Cartesian science: an auto-critique from a quantum perspective», in GUZZINI, Stefano, e LEANDER, Anna (eds.) – *Constructivism and International Relations: Alexander Wendt and His Critics*. Londres: Routledge, 2006, pp. 181-219.

**25** Para uma análise abrangente sobre o construtivismo, os seus críticos, e a evolução desta abordagem teórica, cf. RUGGIE, John – «What makes the world hang together? Neo-utilitarianism and the social-constructivist challenge». In *International Organization*. Vol. 52, n.º 4, 1998, pp. 855-885; e GUZZINI, Stefano, e LEANDER, Anna (eds.) – *Constructivism and International Relations: Alexander Wendt and His Critics*.

**26** Cf. KATZENSTEIN, Peter, e OKAWARA, Nobuo – «Japan, Asian-Pacific security, and the case for analytical eclecticism». In *International Security*. Vol. 26, n.º 3, 2002, pp. 153-185; ALAGAPPA, Muthiah – «Rethinking security: a critical review and appraisal of the debate», in ALAGAPPA, Muthiah (ed.) – *Asian Security Practice: Material and Ideational Influences*. Stanford: Stanford University Press, 1998, pp. 61-62; e KIM, Samuel – «Northeast Asia in the local-regional-global nexus: multiple challenges and contending explanations», in KIM, Samuel (ed.) – *The*

*International Relations of Northeast Asia*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2004, pp. 3-61. Ver também KATZENSTEIN, Peter (ed.) – *The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics*. Nova York: Columbia University Press, 1996.

**27** Apesar de o realismo tridimensional ser uma teoria realista neo-clássica influenciada pelo realismo ofensivo, reconhece-se igualmente alguma influência da perspectiva estratégica. A apresentação dos fundamentos lógicos e metodológicos da teoria, incluindo um modelo geral e um teste relativo à integração regional, estará disponível em MAGALHÃES, Nuno Santiago de – «Towards a tridimensional theory of regional integration», 2008.

**28** FRIEDEN, Jeffrey – «Actors and preferences in International Relations», in LAKE, David, e POWELL, Robert (eds.) – *Strategic Choice and International Relations*. Princeton: Princeton University Press, 1999, pp. 41-47. Por exemplo, Frieden nota que os neo-realistas defendem que os constrangimentos do sistema internacional (ambiente estratégico) são tão fortes que os estados optam pelas mesmas estratégias independentemente das suas preferências (p. 48).

**29** Como exemplo de um modelo racionalista básico, veja-se o modelo de utilidade esperada em Bruce Bueno de Mesquita, David Newman e Alvin Rabushka. A equação para a utilidade esperada de desafiar uma política existente pode ser expressa do seguinte modo:  $E[U]c = Ps[Us] + [1 - Ps][U]f$ ; onde  $E[U]c$  significa a utilidade esperada do desafio,  $P_s$  reflecte a probabilidade de sucesso do desafio,  $U_s$  significa a utilidade do desafio bem sucedido, e  $U_f$  refere-se à utilidade do desafio fracassado. A equação para a utilidade esperada de não desafiar é a seguinte:  $E[U]nc = Pq[U]g + [1 - Pq][Pb][U]b + [1 - Pb][U]w$ ; onde  $E[U]nc$  significa a utilidade esperada de não desafiar,  $P_q$  expressa a probabilidade da política não se alterar,  $U_g$  significa a utilidade dessa política,  $P_b$  refere-se à probabilidade de que a política mudará com utilidade positiva,  $U_b$  significa a utilidade de uma mudança positiva de política e  $U_w$  reflecte a utilidade de uma mudança negativa de política. A equação geral para a utilidade esperada da decisão é  $E[U] = E[U]c - E[U]nc$ . Um líder político optará pelo desafio se o valor da utilidade esperada de desafiar for superior ao da utilidade esperada de não desafiar. Cf. BUENO DE MESQUITA, Bruce, NEWMAN, David, e RABUSHKA, Alvin – *Forecasting Political Events: The Future of Hong-Kong*. New Haven: Yale University Press, 1985, pp. 22-23. Para uma introdução crítica à teoria da escolha racional cf. GREEN, Donald, e SHAPIRO, Ian – *Pathologies of Rational Choice Theory: A Critique of Applications in Political Science*. New Haven: Yale University Press, 1996; LUSTICK, Ian S. – «The disciplines of political science: studying the culture of rational choice as a case in point». In *P:S Political Science and Politics*. Vol. 30, n.º 2, 1997, pp. 175-179; e WALT, Stephen M. – «Rigor or rigor mortis: rational choice and security studies». In *International Organization*. Vol. 23, n.º 4, 1999, pp. 5-48.

**30** Esta assunção pode parecer contraditória face à importância que o realismo dá ao Estado, mas não o é. Os estados reflectem

decisões políticas tomadas por uma elite e a teoria assume a acção dos líderes como sendo a do próprio Estado. Mas por motivos de rigor e para não limitar o alcance teórico do modelo, é essencial fazer esta distinção, já que a análise da tomada de decisões relativas às estratégias secundárias requer examinar o processo político interno, algo impossível quando o Estado é visto como uma «caixa negra». Os restantes actores do sistema internacional, como empresas transnacionais, organizações não governamentais de defesa dos direitos humanos, grupos terroristas ou de crime organizado influenciam claramente determinados comportamentos dos estados, mas o seu comportamento não é directamente explicado nesta teoria. Por outro lado, concepções «huntingtonianas» de civilização requerem uma maior teorização para serem adequadamente como variáveis.

**31** Por exemplo, os líderes de um Estado democrático como a França, num contexto internacional de paz e equilíbrio, não dependem de determinada parcela do orçamento de Estado com o objectivo de melhorar a sua posição relativa na estrutura de poder se essa despesa acarretar um protesto massivo que conduza à sua demissão imediata. Dentro da mesma lógica, o líder de um Estado totalitário como a Coreia do Norte, ao desenvolver um programa nuclear que lhe permita obter a tal posição favorável na estrutura de poder, necessita de guardar recursos suficientes para satisfazer pelo menos o grupo social que sustenta o seu poder. Sobre os grupos dos quais depende o poder dos líderes veja-se a teoria do selectorado de Bueno de Mesquita, Smith, Siverson e Morrow em BUENO DE MESQUITA, Bruce, et al. – *The Logic of Political Survival*, pp. 37-126.

**32** Cf. MEARSHEIMER, John – *The Tragedy of Great Power Politics*, pp. 29-54. Para uma crítica ao realismo defensivo cf. SCHWELER, Randall – «Neorealism's status-quo bias: what security dilemma?». In *Security Studies*. Vol. 5, n.º 3, 1996, pp. 90-121.

**33** Para uma breve revisão sobre conceitos de hegemonia cf. MASTANDUNO, Michael – «Incomplete hegemony: the United States and security order in Asia», in ALAGAPPA, Muttiah [ed.] – *Asian Security Order: Instrumental and Normative Features*. Stanford: Stanford University Press, 2003, pp. 144-146.

**34** Por exemplo, nas estratégias secundárias cujo objectivo é a concretização indirecta das estratégias primárias podemos recorrer ao exemplo do Estado que celebra um acordo comercial para fortalecer determinado sector económico de modo a poder financiar futuramente um programa militar.

**35** Já foi esclarecido que os líderes agem quando consideram deter o controlo interno do Estado e essa acção não provoca a sua queda imediata. Por exemplo, um líder pode considerar que no âmbito de determinada estrutura de poder consegue obter uma vitória militar mas que os custos associados à tecnologia militar utilizada (e.g., número de baixas) são demasiado pesados para serem aceites pelos grupos internos dos quais depende o seu poder.

**36** BUZAN, Barry, e WAEVER, Ole – *Regions and Powers: The Structure of International Security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

**37** MEARSHEIMER, John – *The Tragedy of Great Power Politics*, pp. 337-338.

**38** A título de exemplo, a Rússia é uma potência principal euro-asiática, a China é uma potência principal asiática e a Índia é uma potência principal no Sul da Ásia. Para uma visão unipolar do actual sistema internacional, cf., por exemplo, LAYNE, Christopher – «The unipolar illusion revisited: the coming end of the United States' unipolar moment». In *International Security*. Vol. 31, n.º 2, 2006, pp. 7-41.

**39** Por considerar que o Nordeste Asiático é um sistema multipolar equilibrado que poderá tornar-se um sistema multipolar desequilibrado, não se expõem aqui probabilidades de conflito relacionadas com outros tipos de polaridade.

**40** Para uma leitura introdutória acerca da base teórica das recuperadas comunidades de segurança «deutchianas», cf. ADLER, Emanuel, e BARNETT, Michael [eds.] – *Security Communities*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, pp. 1-65.

**41** Cf. MAGALHÃES, Nuno Santiago de – «Towards a tridimensional theory of regional integration».

**42** WOHLFORTH, William – «The stability of a unipolar world». In *International Security*. Vol. 24, n.º 1, 1999, pp. 5-41.

**43** Note-se que a definição de hegemonia utilizada por Mastanduno para descrever a «hegemonia incompleta» dos EUA é diferente do conceito simplificado usado nesta teoria, já que aquele inclui elementos materiais e não materiais. Cf. MASTANDUNO, Michael – «Incomplete hegemony: the United States and security order in Asia», pp. 141-170; e ROSS, Robert – «The geography of the peace: East Asia in the twenty-first century», p. 169. Para outra visão, cf. BUZAN, Barry, e WAEVER, Ole – *Regions and Powers: The Structure of International Security*, pp. 144-182.

**44** Para dados completos acerca da capacidade militar dos actores regionais cf. HACKETT, James [ed.] – *The Military Balance 2007*. Londres: IIS, 2007.

**45** Sobre a política externa norte-americana na região cf. CALDER, Kent – «U.S. foreign policy in Northeast Asia», in KIM, Samuel [ed.] – *The International Relations of Northeast Asia*, pp. 225-248; SUTTER, Robert – *The United States and East Asia: Dynamics and Implications*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers Inc., 2003; KIM, Jangho – «Prospects for a multilateral security order and the United States». In *The Korean Journal of Defense Analysis*. Vol. XVII, n.º 3, 2005, pp. 87-104; CHRISTENSEN, Thomas – «Posing problems without catching up: China's rise and challenges for U.S. security policy». In *International Security*. Vol. 25, n.º 4, 2001, pp. 5-40; CHRISTENSEN, Thomas – «Fostering stability or creating a monster? The rise of China and the U.S. policy toward East Asia».

In *International Security*. Vol. 31, n.º 1, 2006, pp. 81-126; KISSINGER, Henry – *Does America Need a Foreign Policy? Toward a Diplomacy in for the 21<sup>st</sup> Century*. Nova York: Simon & Schuster, 2001, pp. 134-153; FRIEDBERG, Aaron – «The future of U.S.-China relations: is conflict inevitable?». In *International Security*. Vol. 30, n.º 2, 2005, pp. 7-45; JOHNSTON, Alastair Iain, e ROSS, Robert [eds.] – *Engaging China: The Management of an Emerging Power*. Londres: Routledge, 1999; ELAND, Ivan – «Is Chinese military modernization a threat to the United States?». In *Policy Analysis*, n.º 465, 2003, pp. 1-14; MURPHY, William – «Power transition in Northeast Asia: U.S.-China security perceptions and the challenges of systemic adjustment and stability». In *Journal of Northeast Asian Studies*. Vol. 13, n.º 4, 1994, pp. 61-84; PAPAYOUNOU, Paul, e KASTNER, Scott – «Sleeping with the potential enemy: assessing the U.S. policy of engagement with China». In *Security Studies*. Vol. 9, n.º 1, 1999, pp. 164-195; ARMITAGE, Richard, e NYE, Joseph – *The U.S.-Japan Alliance: Getting Asia Right through 2020*. Washington D.C.: CSIS, 2007; ARMACOST, Michael, e OKIMOTO, Daniel [eds.] – *The Future of America's Alliance in Northeast Asia*. Stanford: Asia Pacific Research Center Publications, 2004. Sobre instituições de segurança na região, cf. KIM, Jangho – «Back to the basics: multilateral security cooperation in Northeast Asia and the Neorealist paradigm». In *The Korean Journal of International Relations*. Vol. 45, n.º 5, 2005, pp. 37-56; e DUFFIELD, John – «Asia-Pacific security institutions in comparative perspective». In IKENBERRY, John, e MASTANDUNO, Michael [eds.] – *International Relations Theory and the Asia-Pacific*, pp. 243-270.

**46** XINBO, Wu – «China: security practice of a modernizing and ascending power», in ALAGAPPA, Muttiah [ed.] – *Asian Security Practice: Material and Ideational Influences*, pp. 115-156; ROY, Denny – «Hegemon on the horizon? China's Threat to East Asian Security». In *International Security*. Vol. 19, n.º 1, 1994, pp. 149-168; e SEGAL, Gerald – «Does China matter?». In *Foreign Affairs*. Vol. 78, n.º 5, 1999, pp. 24-36; YEE, Herbert, e STOREY, Ian [eds.] – *The China Threat: Perceptions, Myths and Reality*. Londres: Routledge Curzon, 2002; PUMPHREY, Carolyn [ed.] – *The Rise of China in Asia: Security Implications*. Carlisle: Strategic Studies Institute, 2002; SHAMBAUGH, David – «China engages Asia: reshaping the regional order». In *International Security*. Vol. 29, n.º 3, 2004-2005, pp. 64-99; SUTTER, Robert – *China's Rise in Asia: Promises and Perils*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers Inc., 2005; e MEDEIROS, Evan, e FRAVEL, E. Taylor – «China's new diplomacy». In *Foreign Affairs*. Vol. 82, n.º 6, 2003, pp. 22-35.

**47** Sobre a política externa do Império do Meio, cf. FAIRBANK, John [ed.] – *The Chinese World Order: Traditional China's Foreign Relations*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1968; e sobre o fim da hegemonia sinica no Extremo Oriente após as Guerras do Ópio, cf. MAGALHÃES, Nuno Santiago de – *Portugal e o Extremo Oriente, 1859-1862: Realismo Ofensivo e A Ordem dos Tratados Desiguais*. Universidade Nova de Lisboa [FCSH], Tese de Mestrado em História, 2006, pp. 120-145 e 270-276. Sobre cultura estratégica, cf. JOHNSTON, Alastair Iain

– *Cultural Realism: Strategic Culture and Grand Strategy in Chinese History*. Princeton: Princeton University Press, 1995. Para opiniões distintas sobre a futura posição da China, cf. KIM, Samuel – «China's path to great power status in the globalization era». In *Asian Perspective*. Vol. 27, n.º 1, 2003, pp. 35-75; JOHNSTON, Alastair Iain – «Is China a status quo power?». In *International Security*. Vol. 27, n.º 4, 2003, pp. 5-56; e MEARSHEIMER, John – *The Tragedy of Great Power Politics*, pp. 396-402.

48 As posições de Taiwan e da Mongólia não são aqui desenvolvidas.

49 Cf. LIND, Jennifer – «Pacifism or passing the buck? Testing theories of Japanese security policy». In *International Security*. Vol. 29, n.º 1, 2004, pp. 92-121; BERGER, Thomas – «Japan's international Relations: the political and security dimensions», in KIM, Samuel [ed.] – *The International Relations of Northeast Asia*, pp. 135-169; PYLE, Kenneth – *Japan Rising: The Resurgence of Japanese Power and Purpose*. Nova York: Public Affairs, 2007, pp. 310-374; HUGHES, Llewelyn – «Why Japan will not go nuclear [yet]: international and domestic constraints on the nuclearization of Japan». In *International Security*. Vol. 31, n.º 4, 2007, pp. 67-96.

50 MAGALHÃES, Nuno Santiago de – «Shinzo Abe e o regresso do Japão». In *Occasional Paper*. N.º 26, IPRI – UNL, Setembro de 2007.

51 Para uma introdução à estratégia sul-coreana para a Coreia do Norte, cf. SNYDER, Scott – «South Korea's squeeze play». In *The Washington Quarterly*, vol. 28, n.º 4, 2005, pp. 93-106; e MAGALHÃES, Nuno Santiago de – «South Korea and the Sunshine Policy: beyond military security?». In *paper* apresentado na 7.ª *International CISS Millennium Conference* da CISS-ISA, Palácio do Buçaco, 14-16 de Junho de 2007.

52 MAGALHÃES, Nuno Santiago de – «Coreia do Norte, anarquia e poder nuclear». In *Relações Internacionais*. N.º 10, Junho de 2006, pp. 85-105. Atente-se para o seguinte: na página 87, terceiro parágrafo, deve obviamente ler-se «após a promessa de assinatura de um acordo» e não «após a assinatura de um acordo», na referência ao acordo entre a Coreia do Norte e a AIEA (responsabilidade do autor). Sobre os desafios internos que a Coreia do Norte enfrenta, cf. YOON, Chang-Ho, e LAU, Lawrence (eds.) – *North Korea in Transition: Prospects for Economic and Social Reforms*. Northampton, MA.: Edward Elgar Publishing Limited, 2001.

53 Para uma abordagem introdutória ao papel da Rússia no Nordeste Asiático, cf. ROZMAN, Gilbert, NOSOV, Mikhail, e WATANABE, Koji (eds.) – *Russia and East Asia: The 21st Century Security Environment*. Armonk: Sharpe, 1999; ROZMAN, Gilbert – «Russian foreign policy in Northeast Asia», in KIM, Samuel [ed.] – *The International Relations of Northeast Asia*, pp. 201-224; THORNTON, Judith, e ZIEGLER, Charles (eds.) – *Russia's Far East: A Region at Risk*. Seattle: University of Washington Press, 2002; e BRADSHAW, Michael [ed.] – *The Russian Far East and Pacific Asia: Unfulfilled Potential*. Richmond: Curzon, 2001.

54 Sobre o regionalismo no Nordeste Asiático, cf. COOK, Ian, DOEL, Marcus, e LI, Rex (eds.) – *Fragmented Asia: Regional Integration and National Disintegration in Pacific Asia*. Brookfield: Ashgate, 1996; AKAHA, Tsuneo [ed.] – *Politics and Nationalism in Northeast Asia: Nationalism and Regionalism in Contention*; ROZMAN, Gilbert – *Northeast Asia Stunted Regionalism: Bilateral Distrust in the Shadow of Globalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004; e PEMPEL, T. J. [ed.] – *Remapping East Asia: The Construction of a Region*. Ithaca: Cornell University Press, 2005.

55 KIM, Samuel – «Northeast Asia in the local-regional-global nexus», pp. 41-51. O autor socorreu-se especialmente das seguintes fontes: «Multi-national citizen's poll on current states surrounding Korean Peninsula». In *Tong-a Ilbo*, Seul, 4 de Dezembro de 2000; e *What the World Thinks in 2002*. Washington D.C.: Pew Research Center for People & the Press, 2002. Para uma pesquisa estatística mais aprofundada consulte-se o Asian Barometer Survey, Universidade Nacional de Taiwan ([www.asianbarometer.org](http://www.asianbarometer.org)).

56 KIM, Samuel – «Northeast Asia in the local-regional-global nexus», p. 45; ROZMAN, Gilbert – «Mutual perceptions among the Great Powers in Northeast Asia», in AKAHA, Tsuneo [ed.] – *Politics and Nationalism in Northeast Asia: Nationalism and Regionalism in Contention*. Nova York: St. Martin's, 1999, p. 47.

57 MATTI, Walter – *The Logic of Regional Integration: Europe and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, pp. 169-178.

58 A este nível emergiram processos de cooperação na década de 1990 que, apesar de tímidos, poderão constituir uma base importante para uma cooperação mais sólida, profunda e institucionalizada. Cf. ZARSKY, Lyuba – «The prospects for environmental cooperation in Northeast Asia». In *Asia Perspective*. Vol. 19, n.º 2, 1995, pp. 103-130; e SONG, Jin-sung – *Environmental Cooperation in Northeast Asia: Regime Theory and the Future Prospect for the Regional-wide Environmental Cooperative Regime Formation in Northeast Asia*. Sogang University (GSIS), Tese de Mestrado em Relações Internacionais, 2006. No caso da protecção ambiental, as chamadas comunidades epistemológicas podem desempenhar um papel fundamental. Cf. HAAS, Peter – «Introduction: epistemic communities and international policy coordination». In *International Organization*. Vol. 46, n.º 1, 1992, pp. 1-35.

59 KIM, Jangho – «Back to the basics: multilateral security cooperation in Northeast Asia and the Neorealist paradigm», e KIM, Jangho – «Prospects for a multilateral security order and the United States». Ver também KRAUS, Ellis – «Japan, the U.S., and the emergence of multilateralism in Asia». In *Pacific Review*. Vol. 13, n.º 3, 2000, pp. 473-494; CHA, Victor – «Abandonement, entrapement, and Neoclassical Realism in Asia: the United States, Japan and Korea». In *International Studies Quarterly*. N.º 44, 2004, pp. 261-291; e CHRISTENSEN, Thomas – «China, the US-Japan alliance, and the secu-

rity dilemma in East Asia». In *International Security*. Vol. 23, n.º 4, 1999, pp. 49-80.

60 MEARSHEIMER, John – *The Tragedy of Great Power Politics*, pp. 396-400.

61 KANG, David – «Getting Asia wrong: the need for new analytical frameworks», e GOLDSTEIN, Avery – «Balance-of-power politics: consequences for Asian security order», in ALAGAPPA, Mutiah [ed.] – *Asian Security Practice: Material and Ideational Influences*, pp. 171-209.

62 Sobre essas estratégias, especialmente o *underbalancing*, cf. SCHWELLER, Randall – «Unanswered threats: a Neoclassical Realist theory of underbalancing», pp. 167-168. Ver também CHRISTENSEN, Thomas, e SNYDER, Jack – «Chain gangs and passed bucks: predicting alliance patterns in multipolarity». In *International Organization*. Vol. 44, n.º 2, 1990, pp. 137-168; e SWEENEY, Kevin, e FRITZ, Paul – «Jumping on the Bandwagon: an interest-based explanation for Great Power alliances». In *Journal of Politics*. Vol. 66, n.º 2, 2004, pp. 428-449.

63 JERVIS, Robert – «Cooperation under the security dilemma». In *World Politics*. Vol. 30, n.º 2, 1978, pp. 167-214; e EVERA, Stephen Van – «Offense, defense, and the causes of war».

64 MEARSHEIMER, John – *The Tragedy of Great Power Politics*, p. 346.

65 WAN, Ming – «Economic interdependence and economic cooperation: mitigating conflict and transforming security order in Asia», in ALAGAPPA, Mutiah [ed.] – *Asian Security Order: Instrumental and Normative Features*, pp. 280-310; e ACHARYA, Amitav – «Regional institutions and Asian security order: norms, power, and prospects for peaceful change», in ALAGAPPA, Mutiah [ed.] – *Asian Security Order: Instrumental and Normative Features*, pp. 210-240. Para críticas às conclusões do liberalismo comercial, cf. GILPIN, Robert – «Sources of American-Japanese economic conflict», in IKENBERRY, John, e MASTANDUNO, Michael (eds.) – *International Relations Theory and the Asia-Pacific*, pp. 299-322; e BARBIERI, Katherine – *The Liberal Illusion: Does Trade Promote Peace?*. Ann Arbor: Michigan University Press, 2002; do institucionalismo neoliberal, cf. MEARSHEIMER, John – «The false promise of international institutions». In *International Security*. Vol. 19, n.º 3, 1995, pp. 5-49; e GRIECO, Joseph – «Anarchy and the limits of cooperation: a realist critique of the Newest Liberal institutionalism». In *International Organization*. Vol. 42, n.º 3, 1998, pp. 485-507; da teoria da paz democrática, cf. LAYNE, Christopher – «Kant or Cant: the myth of the democratic peace». In *International Security*. Vol. 19, n.º 2, 1994, pp. 5-49; GOWA, Joanne – *Ballots and Bullets: The Elusive Democratic Peace*. Princeton: Princeton University Press, 1999; e ROSATO, Sebastian – «The flawed logic of Democratic peace theory». In *American Political Science Review*. Vol. 97, n.º 4, 2003, pp. 585-602; e do constructivismo, cf. MORAVCSIK, Andrew – «Is something rotten in the Kingdom of Denmark? Constructivism and regional integration». In *Journal of European Public Policy*. Vol. 6, n.º 4, 1999, pp. 669-681.